

Centrão à mingua

O chamado "Centrão", agrupamento suprapartidário que se articulou em finais do ano passado, com a intenção de revolucionar o andamento dos trabalhos no Congresso constituinte, esfêcelou-se antes mesmo das votações mais polémicas que estariam na origem de sua criação.

Primeiro, abandonaram o grupo os denominados "deputados evangélicos", logo acompanhados por 61. peemedebistas, que preferiram voltar ao regaço original, sob a denominação de "Centro Democrático".

O desmantelamento era previsível. Desde que começou a ser articulado, o Centrão mostrou-se como um movimento cuja identidade se construía pela negação, por se opor a alguma coisa — no caso, ao regimento da Constituinte. Podia-se já neste momento inferir sua incapacidade de manter alguma coesão quando fosse preciso a manifestação positiva, favorável a determinado propósito.

O esvaziamento do Centrão não deixa de oferecer lições.

Permite constatar, por exemplo, a falta de solidez ideológica ou programática da maioria dos políticos brasileiros: com exceções que apenas confirmam a regra, agrupam-se ou divergem apenas em

função de situações episódicas, transitórias, efêmeras; raramente em torno de idéias comuns.

Evidencia-se, igualmente, que tais situações envolvem na maior parte interesses menores, ocasiões para consolidar ou obter privilégios, barganhar vantagens, negociar favores. Desatendida ou satisfeita a voracidade oportunista, os grupos se dissolvem com a mesma velocidade com que foram constituídos.

No caso do Centrão, este componente fisiológico assumiu proporções patéticas, transformando-se em um melancólico e ofensivo espetáculo de cinismo e desrespeito à opinião pública. Nada o representou melhor do que a frase de um de seus articuladores, o deputado Roberto Cardoso Alves: "É dando que se recebe."

Mas as divergências e fraturas do Centrão não deixam de ter um saldo promissor — que não depende, por certo, do grupo: a quebra de unidade, já visível na primeira sessão do Congresso constituinte, vai levando os parlamentares ao necessário exercício do acordo político. É este, de fato, o único caminho para a elaboração de um texto capaz de representar, com um mínimo de equilíbrio, as aspirações sociais a um processo estável e dinâmico de aperfeiçoamento democrático.